



**Universidade de Brasília**

Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de História

**A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA POLÍTICA: DILMA E  
A REVISTA ISTOÉ DE 6 DE ABRIL DE 2016**

John Herik Pereira Marques dos Santos

Brasília

2018

John Herik Pereira Marques dos Santos

**A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA POLÍTICA:  
DILMA E A REVISTA ISTOÉ DE 6 DE ABRIL DE 2016**

Monografia apresentada ao  
Departamento de História do Instituto  
de Ciências Humanas da Universidade  
de Brasília como requisito parcial para a  
obtenção do grau de licenciado em  
História, sob orientação do prof. Dr.  
Mateus Gamba Torres.

Brasília  
2018

## **A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA POLÍTICA: DILMA E A REVISTA ISTOÉ DE 6 DE ABRIL DE 2016**

**Resumo:** Esta monografia procurou analisar a capa da revista Istoé de 6 de Abril de 2016 e o artigo de capa “As Explosões Nervosas da Presidente”. A escolha dessa fonte e da presidenta Dilma Rousseff como objetos de pesquisa foi motivada pelas questões de gênero que a fonte suscita e o debate provocado sobre a construção dos papéis masculinos e femininos dentro da política. Foi feita uma análise do documento em questão voltada para a discussão dos papéis de gênero dentro da vida pública e privada, o papel da mídia na naturalização de discursos misóginos e as diferentes abordagens sobre a representação masculina e feminina na política.

Palavras-chave: gênero, misoginia, mídia, público, privado, política, machismo, poder.

## **Lista de Ilustrações**

Figura 1 – Capa da Edição 2417 da Istoé

08

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>05</b>
<b>Capítulo 1. A edição de 6 de Abril da Revista Istoé</b>	<b>07</b>
1.1 A Capa: Análise de Discurso e Imagem	07
1.2 O Artigo: O Caráter Emocional em Evidência	14
<b>Capítulo 2. Contexto e Debate em Torno da Fonte</b>	<b>21</b>
2.1 A questão de Gênero nas Críticas a Dilma	21
2.2 Público e Privado Nas Relações de Gênero	27
<b>Capítulo 3. Homens na Política: Lugar de Privilégio</b>	<b>31</b>
3.1 Presidentes Brasileiros em Foco	32
3.2 O Caso de Fernando Lugo	39
<b>Considerações Finais</b>	<b>42</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>45</b>



## Introdução

A história política do Brasil é marcada por profusos períodos de instabilidade política e de crises institucionais que afetam a forma com que o jogo político é disputado. Foram diversos golpes políticos que destituíram governantes eleitos e vários governantes não eleitos pelo voto popular assumindo o poder. Estes cenários propiciaram numerosas disputas, por vezes ásperas no campo do debate, por vezes violentas e repressivas. O período de vigência da nova república pode ser considerado um dos mais estáveis politicamente da história recente, iniciado após termos saído de uma ditadura militar com uma nova carta magna que garantiu uma série de direitos políticos e sociais que, em tese, garantiriam uma estabilidade institucional.

Ainda assim, dentro desse período de três décadas, tivemos um jogo político intenso, com graves crises econômicas, diversas denúncias de corrupção que abalaram governos e duas deposições de presidentes eleitos. Mesmo estável, o cenário continuava turbulento, e nenhum dos presidentes desse período passou pelo cargo isento de críticas à forma de governar. Entretanto, há um detalhe de grande importância nesse período que é válido destacar: foi durante essa república nova que os brasileiros elegeram pela primeira vez uma mulher para o cargo máximo do poder executivo.

Dentro de um sistema que sempre foi dominado por homens, a ascensão de uma mulher ao poder é um evento de relevância histórica primordial. Entretanto, foram diversas as dificuldades enfrentadas por Dilma Rousseff no exercício de seu governo que tiveram como fator motivador ou influenciador o gênero que ela se identifica, e da mesma forma que uma mulher assumia a presidência pela primeira vez, também pela primeira vez um chefe do executivo se tornava alvo de críticas relacionadas ao seu papel de gênero. Tanto nas redes sociais como na mídia tradicional, Dilma foi alvo de diversas ofensas que não se relacionavam diretamente a sua atuação política, mas ao fato dela não representar um papel que é esperado daqueles que estão no poder, uma representação que foi construída em torno do modo masculino de se agir.

Por diversas vezes as críticas tentaram se mostrar veladas, escondendo-se sob um véu de julgamento acerca de suas ações no mundo político. Mas ao se debruçar

sobre esses discursos é perceptível uma questão de gênero envolvida na forma com que eles são construídos; as mensagens que ficam nas entrelinhas são mais evidentes do que se tenta aparentar. O machismo é algo recorrente nas críticas a Dilma Rousseff, e é preciso entender porque o papel de Dilma enquanto mulher tem tanta relevância para sua atuação política e porque enseja tantas críticas que ultrapassam a simples análise de suas ações na vida pública. Essa monografia irá tratar da questão de gênero envolvida nos julgamentos e ataques direcionados à ex-presidenta Dilma Rousseff.

Como fonte principal desse trabalho serão utilizados a capa da edição nº 2417 da revista Istoé, publicada em 6 de Abril de 2016 e o artigo principal desta edição, “uma presidente fora de si”. Em um primeiro momento será analisada a montagem fotográfica que compõe a capa da revista, utilizando como metodologias de análise a iconografia desenvolvida por Panofsky em seu texto “Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença”, publicado no livro “Significado das Artes Visuais” de 1986; e a abordagem histórico-semiótica sob o discurso da fonte utilizada por Ana Maria Mauad em seu artigo “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”, publicado em 2015. Em um segundo momento iremos trabalhar o texto que compõe o artigo à luz de Michel Foucault, utilizando sua obra “A Ordem do Discurso”, uma transcrição da sua aula de abertura no Collège de France pronunciada em 1970, como base metodológica de análise do discurso.

Abordaremos as questões de gênero envolvidas nas críticas direcionadas a Dilma, estudando como se desenvolveram historicamente os papéis de gênero, a diferenciação entre homem e mulher e a relação de dominância entre ambos e como que os homens construíram a ideia de predominância do masculino no mundo político, utilizando as obras de Joan Scott, “Gender: a useful category of historical analyses” de 1986, e Ana Maria Colling, “A Construção Histórica do Corpo Feminino” de 2015; como referências teóricas. Ainda dentro dessa perspectiva, analisaremos a construção da dicotomia entre público e privado, o exercício de dominação masculina nesses dois mundos e o papel da mulher tanto no mundo privado como no mundo público, assim como a participação das mulheres na política inverte a lógica construída dos papéis de gênero, fazendo uso da abordagem de Susan Moller Okin em seu texto “gênero, o público e o privado”, publicado inicialmente em 1991.



Por fim, analisaremos casos em que homens em posição de poder foram submetidos a críticas relacionadas a sua atuação política, utilizando episódios ocorridos com Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Lugo enquanto esses ocupavam o cargo de presidência. Serão feitos paralelos entre esses casos com as críticas direcionadas a Dilma para pontuar semelhanças e diferenças entre os casos, destacando a questão de gênero envolvida nos processos de construção dos discursos críticos.

Espera-se, ao analisar as referidas fontes, em conjunto com os relatos acerca dos demais presidentes, responder a questões relacionadas à forma que os papéis de gênero interferem nos julgamentos e opiniões acerca das ações tomadas por agentes políticos e se há um tratamento diferenciado para os homens em relação as mulheres em posição de poder.

## **Capítulo 1 – A Edição de 6 de Abril de 2016 da Istoé**

### **1.1 A Capa: Análise de Discurso e Imagem**

A fonte utilizada como base de produção desse artigo é a edição nº 2417 de 6 de abril de 2016 da Revista Istoé. Serão analisadas a capa da revista e a matéria principal dessa edição, que aparece em destaque na capa. Para analisar todo o contexto da reportagem publicada sobre Dilma Rousseff nesta edição da revista, se faz necessário separar os dois principais elementos constitutivos da mensagem, a capa da revista e o artigo em si. Tratam-se de dois elementos essencialmente diferentes, duas fontes com características distintas de discurso e, portanto, demandam a utilização de metodologias de análise diferenciadas. Para a capa, primeiro documento a ser analisado nessa monografia, é necessária a conjunção parcial de duas metodologias diferentes, de análise do discurso historiográfico contido nos elementos textuais e análise de imagem, levando em consideração a peculiaridade da fonte imagética enquanto registro fotográfico manipulado.

Essa característica da imagem, inclusive, engendra a utilização de uma metodologia de análise bem específica. A tradição da análise de imagem para a história é essencialmente transdisciplinar, buscando em outras áreas do conhecimento os métodos necessários para a interpretação do conteúdo imagético (MAUAD, 2005, p. 139). Um dos mais clássicos é a iconografia desenvolvida por Panofsky, um “ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma”.



Figura 1 - Capa da Edição 2417 da Istoé

Muito utilizado para a análise de obras de artes medievais, desde pinturas a gravuras inscritas em livros, é uma metodologia bastante aplicada na análise de imagens. Entretanto, seu emprego para a análise de fotografia esbarra em alguns problemas essenciais. Pela própria análise de Panofsky, a obra de arte é analisada sob três perspectivas: o tema natural, que é a identificação das formas puras da obra; o tema convencional, que engloba a percepção do conjunto de significados dos elementos constituintes da obra, que é o elemento central definidor da iconografia; e o significado intrínseco, a relação da obra com o contexto em que ela está inserida, entre eles o histórico (PANOFSKY, 1986, p. 50-52).

Para uma análise preliminar da capa, é possível utilizar o método da análise iconográfica observando o tema primário da composição. Pesa para essa análise o fato da capa não ser essencialmente uma obra de arte, sendo essa uma barreira para a utilização plena dessa metodologia. Mas o fato dela não ser essencialmente uma fotografia, mas uma montagem, uma imagem construída, possibilita a mescla da iconografia, pelo menos parcialmente, com outro método de análise de imagem.

As linhas gerais da imagem são decompostas ao se descrever seus elementos constituintes. A imagem da Dilma está centralizada na capa, apresentando um conjunto de expressões que transmite a ideia de que ela está gritando ou esbravejando. A posição dela em relação aos outros elementos da capa atrai todo o foco visual do leitor, os demais elementos são secundários, ocupando um espaço intermediário na capa, como os textos acessórios para a construção do sentido da imagem em si. O título da matéria de destaque da revista, “As Explosões Nervosas da Presidente”<sup>1</sup>, está posicionado à esquerda no sentido horizontal e do centro para baixo no sentido vertical, em caixa alta e com cor de fonte branca. Logo abaixo se posiciona o texto complementar ao título, também alinhado à esquerda, com as letras em cores brancas com alguns trechos destacados em amarelo, a citar: “Em surtos de descontrole”, “Dilma quebra móveis dentro do palácio” e “e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”.

---

<sup>1</sup> Há ainda nesse trecho um aspecto que suscitou debate por um período, a questão da neutralidade de gênero na escrita. A revista optou por utilizar a palavra “presidente” com artigo neutro. “Termos neutros, se usados sem atenção de fato às questões de gênero, freqüentemente obscurecem o fato de que grande parte da experiência real das “pessoas”, enquanto elas viverem em sociedades estruturadas por relações de gênero, de fato depende de qual é seu sexo” (OKIN, 2008, p. 309). A neutralidade aqui também é um discurso político, que ignora toda a construção histórica existente em torno da preponderância masculina nos espaços de poder.

O título da revista se encontra posicionado sobre a frente da presidenta Dilma, centralizado acima na imagem, com a cor da letra em amarelo, também em caixa alta.

Há os elementos que ocupam a menor porção de espaço, que não estão conectados com a imagem nem com a mensagem central da capa, sendo anúncios de outros artigos que compõem o material da revista. Estão posicionados no espaço superior da capa, sendo um relativo ainda a Dilma, a matéria “Fim de Feira”, e outro relativo ao alastramento da gripe H1N1, a matéria “A Gripe que Mata”. No canto inferior direito se encontra o código de barras da revista, com informações sobre ano da publicação, preço, sendo informações ilegíveis devido a qualidade das imagens encontradas.

A utilização da metodologia iconográfica se encerra nesse ponto, por uma série de barreiras que se apresentam para analisar essa capa. Como as obras de arte tem seu tema convencional definidos no momento de sua construção, até mesmo da concepção, é possível se delinear um conjunto de informações e elementos que dariam suporte àquela significação proposta pelo artista ou autor da obra. É possível saber o que uma figura constituída de um determinado conjunto de cores e colocada em determinada posição tem um significado demarcado, apreendendo a mensagem transmitida.

Para a fotografia, em que a intervenção do autor não se insere propriamente na construção dos elementos específicos da imagem, esse método analítico acaba por ser insuficiente ou não aplicável. Para o registro fotográfico, a interpretação da imagem pode até ser direcionada pela forma que se constrói o discurso, mas a influência do autor da fotografia em seus elementos constituintes é limitada pela própria natureza da fotografia. O registro parte de um momento factual, um recorte no tempo contínuo, e a significação de seus elementos é dada muito mais pelo conjunto de signos que a constituem, que são interpretados a partir de uma construção transdisciplinar de sua interpretação (MAUAD, 2005, p. 139).

Há uma diferença essencial entre saber que “figura masculina com uma faca representa São Bartolomeu” no exercício da análise iconográfica de uma obra medieval, e saber que o conjunto de feições e expressões do rosto de Dilma na capa da revista Istoé demonstra uma postura de raiva. O objetivo da análise em si é diferente, já que na

iconografia um dos elementos centrais é a identificação da mensagem que o artista buscou transmitir em cada elemento (PANOFSKY, 1986, p. 52). A significação dos elementos em um todo - no caso da análise de uma fotografia -, o objetivo é desvendar a intencionalidade do uso da imagem em si, o discurso produzido por ela e a interpretação que se espera obter por parte do receptor.

Essa última etapa em si é essencialmente diferente da análise iconográfica, já que não há um conjunto de valores definidos pelo autor que limite a interpretação da imagem. Há um intuito na forma que a fotografia é apresentada, uma intencionalidade para com o público, mas o controle da interpretação é certamente bem mais difuso e totalmente dependente da forma que o leitor percebe a mensagem.

A opção que parece mais aplicável para a análise da fotografia que constitui essa fonte é desenvolvida a partir de uma abordagem histórico semiótica (MAUAD, 2005, p. 139), buscando na antropologia, na sociologia e na linguística os elementos necessários para se examinar o discurso inserido na imagem.

Nessa perspectiva, a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem. (MAUAD, 2005, p. 139)

Mesmo que esse método de análise tenha se apresentado como o mais aplicável à análise da capa da revista, há uma série de especificidades definidas pela metodologia que, pela natureza da foto e a forma que ela foi utilizada, não poderiam ser cumpridas plenamente. A análise técnica da forma que a fotografia foi produzida é prejudicada pela ausência de alguns elementos e, de certa forma, esse caráter não é essencial para a questão proposta nessa monografia, já que o objetivo em si é analisar a mensagem transmitida, não a forma que a fotografia foi produzida.

Como a imagem em si está retirada do contexto em que foi produzida, os elementos técnicos originais da composição da fotografia não são tão importantes em relação à mensagem que se espera construir com a forma que a fotografia é utilizada. Mais do que a perspectiva do fotógrafo, o que mais interessa nesse momento é o ponto de vista de quem construiu a capa e o artigo e como o leitor interpreta a imagem. Aqui a

autoria se transfere do fotógrafo para o editor, ou para quem solicitou a edição da peça imagética.

O principal a ser analisado são dois elementos da fonte que se relacionam com a forma que o leitor a absorve: o nível interno do texto visual e o nível externo; o primeiro compreende a estrutura espacial que constitui o elemento analisado, e o segundo, a forma com que a fonte se relaciona com outros elementos da mesma época, textuais e não textuais (MAUAD, 2005, p. 142). Para realizar esse exercício de análise, faz-se necessário compreender os múltiplos códigos que são produzidos e reproduzidos nas práticas sociais cotidianas, que se relacionam com a forma que o leitor capta a imagem. É preciso entender que a imagem, como ela foi criada e construída, possui um sentido, e que é nessa relação dialógica entre os códigos sociais do leitor e o sentido da imagem que se constrói a interpretação da mensagem transmitida (MAUAD, 2005, p. 144). Cabe então neste primeiro momento, analisar os aspectos internos da imagem da capa, seus elementos e os signos que os compõem.

Essa edição traz a imagem da presidenta Dilma Rousseff em destaque, com um recorte focando unicamente no rosto e com ênfase nas expressões faciais bem demarcadas (pelo uso da tonalidade e contraste de cores). Não é possível saber em que contexto essa fotografia foi retirada ou qual a situação em que ela estava envolvida. Também não consta na revista o fotógrafo que registrou a imagem, nem data, não sendo possível supor qualquer relação desta com algum período ou momento histórico. É possível até mesmo identificar a maquiagem preta utilizada pela presidenta e perceber um tom de azul na roupa utilizada, mas por si só são informações insuficientes para qualquer análise aprofundada. Não é possível inferir a partir dessas informações em que momento a imagem foi retirada e se ela tem alguma ligação com o texto, seja da capa, seja do artigo em si.

O posicionamento central de sua face na capa, dominando tanto horizontalmente como verticalmente o espaço, sem a presença de outros elementos ou objetos na imagem, não deixam dúvidas quanto a intencionalidade do autor da capa: posicionar o foco do leitor sobre a Dilma e seu conjunto de expressões. A imagem em si tem mais importância que os elementos textuais que a acompanham, mesmo que sejam complementares na construção do discurso.

A impressão que fica é que, independente do contexto em que a imagem foi produzida, o recorte, o ângulo e o momento utilizado tem uma intencionalidade bem definida, uma mensagem que se quer ser transmitida a partir do conjunto de signos que se espera que o leitor apreenda do conjunto de informações fornecidas na capa, isto é, o texto introdutório em conjunto com a imagem. Há aqui a representação de uma ideia que se quer ser transmitida, um conjunto de signos imbricados que induzem o leitor a captar e conectar a mensagem principal da capa, escrita em caixa alta e nas cores brancas, contrastando com o fundo escuro; e a feição irritada, irada e, de certa forma, assustadora, da imagem de Dilma. A ideia de loucura e descontrole é constantemente reforçada nos elementos textuais e estão interligadas aos signos que compõem a capa.

Esse conjunto de signos que se apresentam e conduzem a uma interpretação da representação que se intenta pelo interlocutor da mensagem é explicada pelo conceito da semiótica, “a ciência que estuda a vida dos signos no interior da convivência social”, sendo o signo, segundo Pierce, “algo que está no lugar de alguma coisa para alguém, em alguma relação ou alguma qualidade” (FERNANDES, 2011, p. 168).

Ainda se utilizando do conceito de Pierce, há três polos nos signos que mantêm uma relação solidária, complementar: As expressões visuais do rosto, marcantes e bem demarcadas na imagem, a forma que a boca se encontra aberta, a expressão do olhar, representam a face perceptível do signo; o objeto em si, a imagem como se ela encontra, é o objeto e ponto central do signo, como ele é representado; e por fim, há o interpretante, o “efeito que o signo está apto a produzir ou que efetivamente produz numa mente interpretadora”, no caso em questão, o efeito de repulsa, de distanciamento, medo, rejeição, de influenciar o leitor a desenvolver sensações negativas em relação a Dilma Rousseff.

Complementando a imagem há os textos de chamada da capa, que atribuem mais peso ao conjunto de signos identificados acima. A mensagem como um todo é acentuadamente crítica à Dilma Rousseff, mas a diferença de cores em alguns trechos do texto ressalta bem a tentativa de conectar o descontrole a Dilma, com afirmações sensacionalistas de ações que possivelmente teriam sido tomadas por ela, como surtar, quebrar móveis e perder a estabilidade emocional teoricamente necessária para exercer o cargo da presidência.

O título central em caixa alta, “as explosões nervosas da presidente”, fecha o conjunto de signos e mensagens utilizado para condicionar previamente a leitura do artigo principal desta edição da revista, já evidenciando o tom crítico, persuasivo, manipulador, reprovador e hostil da matéria. Todo o conteúdo apresentado, tanto na capa quanto no conteúdo, tem relação com as atitudes e ações da Dilma no âmbito da crise política que antecedeu o espetáculo golpista que se viu na Câmara dos Deputados e no Senado, denominado processo de impeachment. Esse episódio se insere dentro de um contexto político bastante conturbado que teve início com a reeleição da Dilma em 2014, com a não aceitação do resultado pelo lado perdedor e os constantes movimentos políticos para dificultar a governabilidade da presidenta eleita.

## **1.2 O Artigo: O caráter emocional em evidência, os possíveis ataques históricos da Presidenta às vésperas do Impeachment**

A capa da revista é basicamente uma introdução a um discurso de ataque à Dilma Rousseff. Os elementos que estão destacados nos aspectos textuais da capa e da própria imagem complementam a mensagem que se pretende transmitir sobre o aspecto emocional da presidenta na véspera do golpe. Seria possível somente analisar a capa e por si só ela seria o suficiente para evidenciar o caráter machista<sup>2</sup> e misógino<sup>3</sup> da crítica que lhe é direcionada, mas o conteúdo da matéria consegue ser mais ofensivo e dissimulado que a própria capa, sendo então crucial que se analise ambos enquanto complementares no discurso.

---

<sup>2</sup> “[...] o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher. [...] O machismo enquanto sistema ideológico, oferece modelos de identidade tanto para o elemento masculino como para o elemento feminino. Ele é aceito por todos e mediado pela “liderança” masculina. Ou seja, é através deste modelo normalizante que homem e mulher “tornam-se” homem e mulher, e é também através dele, que se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modos de interpretação das situações, bem como todas as práticas que não correspondem aos padrões de relação nele contidos.” (DRUMOND, 1980, p. 1)

<sup>3</sup> Alguns dicionários trazem as seguintes definições para o termo: ódio ou aversão às mulheres, aversão ao contato sexual com as mulheres (Houaiss et al, 2004, p.1934); [...] crença de que os homens são muito melhores que as mulheres (Cambridge Dictionary Online, 2015); ódio ou aversão a mulheres ou meninas e que pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a discriminação sexual, denigração as mulheres, violência e objetificação sexual das mulheres. (CARVALHO, MOTERANI, 2016)



Como metodologia de análise será utilizado o método desenvolvido por Michel Foucault em “A Ordem do Discurso”, o texto proferido em sua aula inaugural no *Collège de France* em 1970. Foucault trata o discurso como uma ferramenta de poder, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 1970, p. 2), e é dentro dessa perspectiva que iremos analisar a fonte em questão. A metodologia se divide em dois procedimentos: análise crítica e análise genealógica do discurso, sendo o primeiro o principal responsável por destrinchar e esmiuçar o discurso que se pretenda analisar, e o segundo, o meio pelo qual se analisa a formação do discurso. A análise genealógica não é, entretanto, uma etapa a parte da análise crítica, as duas se entrecruzam dentro do discurso, não se separam totalmente, “toda a tarefa crítica, interrogando as instâncias de controlo, deve ao mesmo tempo analisar as regularidades discursivas por intermédio das quais aquelas se formam; e toda a descrição genealógica deve ter em conta os limites atuantes nas formações reais.” (FOUCAULT, 1970, p. 18).

De um lado, a perspectiva "crítica", que põe em acção o princípio de inversão: procurar distinguir as formas de exclusão, de limitação e de apropriação a que me referi atrás; mostrar como é que se formaram, a que necessidades vieram responder, como é que se modificaram e deslocaram, qual o constrangimento que exerceram efectivamente, em que medida é que foram modificadas. De outro lado, a perspectiva "genealógica", que põe em acção os outros três princípios: como é que se formaram as séries de discurso, se por intermédio, ou com o apoio, ou apesar dos sistemas de exclusão ; qual foi a norma específica de cada série e quais foram as suas condições de aparecimento, de crescimento, de variação. (FOUCAULT, 1970, p. 17)

Analisando a matéria da Istoé dentro da perspectiva das funções de exclusão, o primeiro aspecto a ser levado em conta são os interditos, aquilo que se impõe como barreira ao que se deve ser dito ou não sobre o objeto, em que circunstância é permitido falar sobre o objeto em questão e quem tem o poder de falar sobre. A exclusão do discurso se fundamenta nessas três bases, e durante a análise, é perceptível que a imprensa possui um lugar de privilégio se pensarmos acerca da produção do discurso político, por ser menos afetada que outras formas de discurso pelas funções de exclusões. Pelo contrário, em alguns momentos, a mídia se impõe com larga vantagem a outras formas discursivas relacionadas a política.

É claro que sabemos, numa sociedade como a nossa, da existência de procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é o interdito. Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja. Tabu do objecto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: jogo de três tipos de interditos que se cruzam, que se reforçam ou que se compensam, formando uma grelha complexa que está sempre a modificar-se. (FOUCAULT, 1970, p. 2)

Não há, a princípio, nenhum tabu do objeto relacionado ao tipo de conteúdo que se foi publicado. É um discurso político, sobre uma personalidade política, dentro de um contexto político. Mesmo que, em maior parte, se refiram a ações tomadas nos bastidores, são atos públicos passíveis de divulgação na imprensa, sem muitas restrições. A questão se apresenta um pouco complexa se analisarmos esse tabu a partir da perspectiva da oposição do público e privado, de assuntos da vida privada de Dilma que foram publicados nesse artigo que não necessariamente teriam vínculo com a vida pública, como os remédios que ela faz uso. Mas essa questão não está vinculada diretamente ao problema do que não se deve ser dito, mas da questão ética envolvida em se abordar aspectos privados com objetivos políticos.

Dentro do ritual da circunstância, também não há um impedimento em relação ao contexto em que o discurso foi proferido. O momento, na verdade, era oportuno, dentro de um contexto de crise política agravada, de um clima político instável, com um processo de impeachment em andamento. Analisar os bastidores do principal personagem daquele momento foi uma possibilidade corretamente explorada pela imprensa, como haveria de ser com qualquer outro político na mesma condição.

Em relação ao direito privilegiado ou exclusivo do sujeito, há um claro privilégio da imprensa em relação aos discursos que são desenvolvidos em torno da política. Não é necessariamente exclusivo, mas há uma série de vantagens conferidas aos organismos de imprensa que facilitam o acesso às fontes que são essenciais para se alimentar o discurso, como o acesso, mesmo que parcialmente limitado, aos bastidores da política, às instituições, aos eventos com participação de figuras de renome, o trânsito facilitado com outros agentes que estão direta ou indiretamente envolvidos com os processos políticos, que tem acesso a informações privilegiadas e de grande valor para a mídia. Dentro do artigo analisado aqui se percebe em muitos momentos a

utilização dessa vantagem do direito privilegiado da imprensa sobre o discurso político, já que há o acesso privilegiado a informações dos bastidores, perceptível em vários momentos. Há, claro, a preservação das fontes pelo exercício do anonimato em diversos momentos, outro direito privilegiado da imprensa.

Entre as outras duas funções de exclusão, a partilha da loucura, que se fundamenta na oposição entre o racional e o irracional, e a vontade de verdade, a propriedade do discurso em querer se valer como discurso válido, são complementares nessa análise. Dentro da dinâmica de poder de produção de discursos, a imprensa detém tanto o princípio da racionalidade como o de verdade. É uma validação que foi construída ao longo da história com o desenvolvimento da própria imprensa, pela divulgação dos fatos que eram por demasiado distantes e alheios da população geral. A imprensa permitiu o acesso a locais e momentos que seriam intocáveis seja pela distância, seja pelas barreiras impostas por regras sociais, como é comum na política. Não significa que tudo que é publicado na imprensa seja necessariamente racional ou verdadeiro, mas há uma presunção e uma expectativa de que assim seja, de que se busque sempre o discurso racional e que tenha a vontade de verdade como um norteador no desenvolvimento do discurso jornalístico.

Essa terceira função de exclusão é reforçada pelas próprias instituições, dentre elas as políticas, que reforçam essa condição de exclusão a partir do momento em que dão acesso e importância privilegiada a mídia, através das leis que a protegem, como a preservação da liberdade de imprensa e ausência de ferramentas de regulação, e até mesmo pelo papel central que é dada à imprensa na produção dos discursos políticos, reforçado pela própria existência de canais de comunicação institucionais regidos pelos mesmos princípios em sua organização.

Complementar às funções de exclusão, ainda dentro de uma perspectiva de análise crítica, há as funções de controle do discurso, definidas em princípio do autor, princípio do comentário e princípio da disciplina (FOUCAULT, 1970, p. 17). Analisando a fonte na perspectiva do princípio do autor, temos aqui dois elementos relevantes no processo de construção do discurso, aqueles a quem é referenciada a autoria direta do texto, Débora Bergamasco e Sérgio Pardellas, e o próprio editorial, que é o responsável final pelo crivo dado à publicação do artigo.

Débora é formada em jornalismo pela Universidade Estadual do Paraná e atuou em diversos jornais e periódicos, como Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Revista Istoé e Revista Época. Atuou também como assessora especial do ministro José Eduardo Cardozo<sup>4</sup>. Atualmente é âncora do Poder em Foco, programa de entrevistas do SBT. Cerca de um mês antes da publicação da reportagem sobre Dilma Rousseff, Débora Bergamasco foi vítima de ofensas em decorrência da repercussão da matéria “A delação de Delcídio”, que veiculou o conteúdo da delação premiada dada após acordo com a força tarefa da lava-jato com Delcídio do Amaral, informando sobre a suposta participação de Dilma Rousseff no esquema de corrupção da Petrobrás<sup>5</sup>, vulgarmente denominado pela imprensa como petrolão. No dia internacional da mulher, repórteres da Istoé publicaram uma carta de repúdio às críticas machistas direcionadas à Débora Bergamasco, como as insinuações de que ela só teria conseguido ascender no jornalismo com a indicação de um homem<sup>6</sup>. Chama atenção a pouca diferença de tempo entre a publicação da matéria sobre Delcídio, as ofensas recebidas, a carta de repúdio e a matéria, também com teor machista, publicada em 4 de abril de 2016. Não há muitas informações sobre Sérgio Pardellas, além do fato dele ter sido promovido a redator-chefe da Istoé um mês após a publicação da matéria sobre Dilma Rousseff<sup>7</sup>. Sobre a Revista Istoé, ela pertence a Editora 3 e teve sua primeira edição publicada em maio de 1976, com periodicidade mensal inicialmente. Acompanhou diversos eventos políticos da história do país, se consolidando na cobertura de momentos de agitação política. O presidente executivo da Editora 3, Caco Alzugaray, afirma que a revista não é isenta, está do lado do Brasil e dos brasileiros.<sup>8</sup>

Esses três atores, em conjunto, são responsáveis pela autoria da matéria, que foi publicada em um contexto de caos político que teve influência da própria revista,

---

<sup>4</sup> NASCIMENTO, Ítalo. **Conheça Débora Bergamasco, Apresentadora Do "Poder Em Foco", Do SBT**. Disponível em: <<http://tvemais.com/conheca-debora-bergamasco-apresentadora-do-poder-em-foco-do-sbt/>> Acesso em 15 nov. 2018

<sup>5</sup> BERGAMASCO, Débora. **A Delação De Delcídio**. Disponível em <[https://istoe.com.br/447783\\_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/](https://istoe.com.br/447783_A+DELACAO+DE+DELCIDIO/)> Acesso em 16 nov. 2018

<sup>6</sup> GONÇALVES, Vanessa. **Reporteres Da "Istoé" Divulgam Repúdio Às Ofensas Recebidas Por Débora Bergamasco**. Disponível em: [http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas\\_noticias/76397/reporteres-da-istoe-divulgam-repudio-as-ofensas-recebidas-por-debora-bergamasco-na-web](http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/76397/reporteres-da-istoe-divulgam-repudio-as-ofensas-recebidas-por-debora-bergamasco-na-web)> Acesso em 15 nov. 2018

<sup>7</sup> Redação Portal dos Jornalistas. **Istoé Promove Sergio Pardellas E Amauri Segalla**. Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/istoe-promove-sergio-pardellas-amauri-segalla/>>

<sup>8</sup> SEGALLA, Amauri. **Istoé 40 Anos: A Trajetória Do Melhor Jornalismo**. Disponível em: <<https://istoe.com.br/istoe-40-anos-trajetoria-do-melhor-jornalismo/>> Acesso em 15 nov. 2018

após a divulgação da matéria sobre as delações de Delcídio Amaral. A escolha do tema da edição de 04 de abril e a temporalidade envolvida é bem oportuna para os interesses políticos do editorial, é a relação entre as duas edições parece ser evidente, tanto pela motivação política, ao ampliar o quadro de instabilidade com a publicação de uma delação premiada que atingia diretamente Dilma Rousseff, divulgando um mês após outra matéria atentando para o suposto desequilíbrio emocional da Dilma em decorrência dessa instabilidade; como pela escolha de Débora Bergamasco para produzir um artigo com conteúdo machista e misógino logo após a própria ter sofrido ofensas machistas e misóginas.

Seguindo o princípio do comentário dentro do método de análise de Foucault, há alguns aspectos a serem analisados nessa matéria. De início, é perceptível que o apelo ao lado emocional de Dilma Rousseff é o argumento central de todo o artigo. Em vários momentos é evocada uma suposta instabilidade emocional, utilizando vários momentos registrados nos bastidores para tentar evidenciar que a presidenta não se encontrava nas melhores condições mentais, segundo o artigo. Em diversos momentos são citados episódios em que a presidenta teria se dirigido de forma ofensiva para com alguns subordinados ou personalidades do mundo político.

Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. Lembra o Lula dos grampos em seus impropérios. (BERGAMASCO, PARDELLAS, 2016).

Em alguns momentos são citados episódios em que palavras de baixo calão foram proferidas pela Dilma. Os episódios em si não necessariamente estariam conectados a um estado mental da presidenta, mas a postura cotidiana dela no trato com as pessoas com quem trabalhava.

Em recente viagem a bordo do avião presidencial, um Airbus A319, tripulantes e passageiros ficaram estupefatos com outro surto de Dilma. Depois de uma forte turbulência, a presidente invadiu a cabine do piloto aos berros: “Você está maluco? Vai se f...! É a presidente que está aqui. O que está acontecendo?”, vociferou. (BERGAMASCO, PARDELLAS, 2016)

Em alguns casos, é possível notar um certo exagero na forma que são abordados certos episódios, como no trecho “Numa conversa com um assessor, na semana passada, a presidente investiu pesado contra o juiz Sérgio Moro, da Lava Jato. “Quem esse menino pensa que é? Um dia ele ainda vai pagar pelo quem vem fazendo” (BERGAMASCO, PARDELLAS, 2016). Não há aqui nenhuma ofensa direcionada ao juiz, e sem ter conhecimento do tom de voz empregado, não é possível aferir se a presidenta de fato “investiu pesado”.

Um outro aspecto abordado na matéria a ser comentado é a citação do uso de remédios calmantes e a provável ausência de efeito dos mesmos. Nesse momento, o texto começa a flertar com insinuações sobre o estado mental da presidenta estar chegando ao nível da loucura. A matéria em nenhum momento coloca abertamente a expressão loucura ligada à Dilma Rousseff, mas vai deixando diversos indícios que direcionam para essa interpretação.

Para tentar aplacar as crises, cada vez mais recorrentes, a presidente tem sido medicada com dois remédios ministrados a ela desde a eclosão do seu processo de afastamento: rivotril e olanzapina, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante. A medicação nem sempre apresenta eficácia, como é possível notar. (BERGAMASCO, PARDELLAS, 2016)

Citar que ela estava supostamente fazendo uso de olanzapina e, na sequência, atentar para o fato desse medicamento ser correntemente utilizado para o tratamento de esquizofrenia, uma doença que historicamente é associada ao desequilíbrio mental, é o primeiro momento em que essa insinuação pode ser percebida. O uso de palavras como “desvarios”, “surtos” e “descontrole” são empregadas diversas vezes no texto, um segundo indício.

O terceiro e mais evidente é o trecho final de todo o texto, um parágrafo inteiro sobre Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança, que ficou conhecida historicamente pela alcunha de “Maria I, a Louca”. Aqui não chega nem a ser um eufemismo para mascarar a intencionalidade de tratar a presidenta Dilma Rousseff como louca, o primeiro período deste parágrafo já deixa bem evidente a comparação entre as duas, e mesmo que de forma indireta, fica claro que a intencionalidade final é tratar a Dilma não só como desequilibrada mental, mas como louca. “Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na

iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade” (BERGAMASCO, PARDELLAS, 2016). Em dado momento do texto ainda é dito que Dilma não seria conhecida como uma pessoa lhana (amável, sincera, franca) no trato com as pessoas, se referindo a uma questão de trato pessoal como relevante para a permanência no mundo político. Fica evidente então o enfoque na questão emocional de Dilma, e muitos aspectos de sua vida pessoal foram trazidos à tona como relevantes para as relações políticas, como o uso de medicamentos calmantes e sua suposta falta de afabilidade no trato com as pessoas.

Sobre o princípio da disciplina, a matéria segue um padrão de regras que a enquadram como um texto de formato jornalístico, “feitio de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional” (MELO, 2016, p. 50). Se torna difícil, entretanto, definir em qual gênero esse discurso se enquadra. Não há no texto a assinatura de que tipo de gênero ele se enquadra, parecendo tangenciar entre o informativo, opinativo e interpretativo.

Encerrada a análise, surgem algumas questões acerca desta fonte: Por que se deu tanta ênfase ao aspecto emocional de Dilma Rousseff? Por que aspectos de sua vida privada foram colocados como destaque? Há uma questão de gênero envolvida na forma que essas críticas foram direcionadas? O mesmo tratamento seria dado a um homem na mesma posição de poder?

## **Capítulo 2 – Contexto e Debate em Torno da Fonte**

### **2.1 A Questão de Gênero nas Críticas à Dilma**

Não é exagero afirmar que o machismo esteve presente em boa parte das críticas ao governo Dilma e foi relevante para criar uma sensação de aversão à imagem da ex-presidenta. Muitas vezes disfarçado sob um discurso que dissimula as intenções e motivações da crítica e outras vezes abordado de forma escancarada, o aspecto machista

está presente em quase todas as críticas que atacam, de forma direta ou indireta, aspectos pessoais da vida de Dilma, sejam eles ligados ou não a ações de governo. A ênfase dada a sua condição feminina é bem clara, e suas ações enquanto mulher em posição de poder são constantemente julgadas pelo prisma do gênero. A presidenta foi alvo de diversas ofensas de cunho machista e misógino, não somente na edição da revista que serve como fonte desse trabalho, mas em diversos outros momentos de seu governo. Não somente o suposto desequilíbrio emocional é utilizado como forma de desqualificar a Dilma, como também há o apelo sexual envolvido no processo de crítica.

Todos esses aspectos que suscitam as mencionadas críticas à Dilma estão relacionados a forma que são construídos os gêneros, entendido aqui enquanto “institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, 2008, p. 306). Há um entendimento desenvolvido em alguns estudos feministas que os gêneros são construídos sob diversas bases, de acordo com as relações estabelecidas, partindo não de uma posição pré-determinada biologicamente do que é ser homem e ser mulher, mas que isso tudo se desenvolve de acordo com as diversas influências que há na determinação desses papéis.

[...] as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais. (RAGO, 1998, p. 6)

A construção desses papéis é historicamente condicionada a privilegiar os homens nas dinâmicas sociais. A predominância masculina na forma que os gêneros são construídos constituem um grande arcabouço de vantagens nas relações de poder entre os sexos, que se materializam ao definir papéis para cada gênero, relegando a mulher a posições submissas ao homem. Há uma série de estudos teóricos sobre a construção do



patriarcado, que se sustentaria na subordinação das mulheres baseado na necessidade masculina de dominá-las (SCOTT, 1995, p.4). Essa submissão chega a se converter em um sentido próximo a da propriedade, em que as mulheres são culturalmente criadas para servir às necessidades mais variadas do homem, tendo como um grande norteador a questão sexual. Os homens se apropriam das mulheres nas relações sociais e em dinâmicas que circundam a questão do sexo, tratando-as como objetos disponíveis voltados para a sedução, casamento, procriação e prostituição (SWAIN, 2006, p. 2). E se as mulheres são relegadas a um papel submisso, a predominância nessas relações é inequivocamente dos homens.

O poder é sempre do pai, do masculino, a linguagem é o domínio do falo, da ereção, da racionalidade, da realidade; para o materno resta o ilusório, o irracional, a falta, a inveja, o repúdio, “a culpa é sempre da mãe”. Que mecanismos tortuosos e bizarros são estes que atrelam razão e sexo, autoridade e ereção, o falo enquanto significante geral? Que cegueira social é esta, que vela as estratégias de diferenciação dos sexos para melhor instaurar uma “natural” diferença política entre mulheres e homens? (SWAIN, 2006, p. 4)

E não somente na relação de preponderância entre os sexos que se institui a relevância do debate sobre gênero nessa análise. O que se espera em termos de comportamento de cada um dos sexos é um fator crucial para entender em que bases se sustentam as críticas à Dilma. Há uma construção de quais são as posturas esperadas de um homem e de uma mulher, e de como cada um deve exercê-la. Como citado acima, dos homens se espera a racionalidade, o domínio da razão. A eles pertence a dinâmica do discurso e fala nos círculos de poder, a eles pertence historicamente o espaço público. Às mulheres, são atribuídas um conjunto de “qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa.” (SWAIN, 2006, p. 10).

Há então uma definição do papel esperado das mulheres nas relações sociais: submissão e amabilidade, uma postura determinantemente passiva. Por oposição, dos homens se espera a dominância e a racionalidade, papéis opostos que definem as estruturas em que os gêneros se definiram historicamente. “A subordinação e a inferioridade das mulheres se converteram em tradição, tanto na vida cotidiana como nos escritos eruditos” (COLLING, 2015, p. 197). Essa oposição entre os sexos é de

grande relevância para as dinâmicas de poder no mundo político, pois estão inseridas na forma que a própria política se constituiu.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT, 1995, p.8)

Então quando os comportamentos de uma mulher escapam dessa lógica definida, que foi naturalizada nas relações sociais, há uma situação de choque. Mesmo em posição de poder, a preponderância do gênero sobre o político fica evidente quando nos deparamos com as diversas críticas que a Dilma foi alvo enquanto presidenta. Por mais que as questões políticas também motivassem queixas a ela, em diversos momentos o seu papel como mulher foi colocado no foco da discussão. Das mulheres é esperada uma postura amável, amigável, doce, completamente oposta da forma com que Dilma agiu nos bastidores dos momentos pré-afastamento, segundo a imprensa. Das mulheres é esperada a submissão, seja política, seja sexual, e a postura de enfrentamento da Dilma que foi descrita no artigo da Istoé é uma contradição ao papel que ela deveria exercer enquanto mulher.

Dois episódios são sintomáticos para apontar como a questão de gênero é um dos principais eixos motivadores das críticas direcionadas à Dilma, inclusive na questão sexual, em que a objetificação das mulheres é uma construção social que marca a forma com que elas são tratadas recorrentemente. Primeiro, no início de 2015, foi anunciada um aumento nos impostos que impactariam diretamente no preço do combustível nas bombas, ocasionando um aumento de 22 centavos na gasolina e 15 para o diesel nas refinarias<sup>9</sup>. Como forma de protesto, uma vendedora de Recife, através de um anúncio no site “Mercado Livre”, decide comercializar adesivos para serem colados junto aos tanques de combustível dos automóveis. A imagem: Dilma Rousseff de pernas abertas, com o bocal do tanque posicionado de forma que retratasse suas

---

<sup>9</sup> HESSEL, Rosana. **Governo Anuncia Aumento de Impostos e Alta da Gasolina**. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2015/01/19/internas\\_economia,467133/governo-anuncia-aumento-de-imposto-dobre-combustiveis.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2015/01/19/internas_economia,467133/governo-anuncia-aumento-de-imposto-dobre-combustiveis.shtml)> Acesso em 10 nov. 2018

partes íntimas, simulando com a mangueira da bomba o ato da penetração<sup>10</sup>. Segundo, na estreia da seleção brasileira na fase de grupos da Copa do Mundo de 2014, Estádio de Itaquera em São Paulo, com a então presidenta nas cabines do estádio, mais de 40 mil torcedores entoavam uma frase ofensiva que ecoou por toda a arena, Brasil a fora e pelo mundo<sup>11</sup>.

Aspectos de sua vida pessoal também foram capitalizados pela imprensa em alguns momentos, seja pela mídia tradicional, seja pela rede de mídias “alternativas” de veracidade duvidosa. Boatos circularam na internet sobre a suposta homossexualidade de Dilma Rousseff, afirmando que uma amante dela estaria cobrando pensão na justiça<sup>12</sup>. A notícia falsa foi espalhada por diversos blogs e sites de notícias alternativos, contribuindo para o clima de boataria acerca da sexualidade da presidenta. Outro boato, mais recente, foi sobre seu suposto affair com o professor norte-americano James N. Green<sup>13</sup>, que inclusive é homossexual. A própria revista Istoé publicou um artigo em 2013 sobre as possíveis “escapadas de Dilma”, enfatizando as dificuldades da presidenta se ausentar da função para se divertir, insinuando inclusive que essas escapadas tinham intuítos sexuais<sup>14</sup>. É um tipo de abordagem rara quando se trata de um presidente, já que há casos de traição e filhos fora do casamento protagonizados por alguns líderes do executivo que ficaram por muito tempo fora dos noticiários, completamente abafadas na imprensa.

O ato final do processo de ataque à Dilma dentro desse aspecto moral machista ocorre durante a votação do impeachment. Há muito já haviam conseguido criar a imagem da Dilma como alguém que se opõe ao conceito de família tradicional e que é contrária à ordem cristã, por apoiar diversas pautas progressistas, como casamento

---

<sup>10</sup> BAREM, Manuela. **Adesivo com imagem de Dilma de pernas abertas é vendido no Mercado Livre**. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/manuelabarem/adesivo-com-imagem-de-dilma-de-pernas-abertas-e-vendido-no-m>> Acesso em 22 nov. 2018

<sup>11</sup> JIMÉNEZ, Carla. **As ofensas a Dilma na abertura da Copa incendeiam a corrida eleitoral**. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/14/politica/1402758083\\_793875.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/14/politica/1402758083_793875.html)> Acesso em 22 nov. 2018

<sup>12</sup> AZEVEDO, Graciane. **Balela: Amante De Dilma Entra Na Justiça E Cobra Pensão De Presidente**. Disponível em: < <https://www.boatos.org/politica/balela-amante-de-dilma-entra-na-justica-e-cobra-pensao-de-presidente.html>> Acesso em 16 nov. 2018

<sup>13</sup> Redação Metrópoles. **Suposto Affair De Dilma Rousseff Nega Namoro Com A Ex-Presidente**. Disponível em < <https://www.metrópoles.com/brasil/suposto-affair-de-dilma-rousseff-nega-namoro-com-a-ex-presidente>> Acesso em 16 nov. 2018

<sup>14</sup> Redação Istoé. **As Escapadas De Dilma**. Disponível em: < [https://istoe.com.br/333848\\_AS+ESCAPADAS+DE+DILMA/](https://istoe.com.br/333848_AS+ESCAPADAS+DE+DILMA/)> Acesso em 16 nov. 2018

entre homossexuais<sup>15</sup>. Até mesmo a questão relativa ao aborto, que Dilma apoiava somente nos casos estabelecidos por lei<sup>16</sup>, tão polêmica e sensível para os setores conservadores, foi utilizada como argumento para mover grande parte da população e coloca-las contra a presidenta. Isso ficou evidente em cada voto proferido pelos deputados, que a todo momento evocavam “Deus e a Família”<sup>17</sup> como motivos para encaminhar o impedimento. Poucos foram os que citaram o processo de improbidade administrativa, poucos foram os que embasaram seus discursos e, por conseguinte, seus votos, no caráter político e jurídico que esse julgamento a princípio deveria ter.

O pano de fundo da crise política e do processo de impeachment, que a esse momento mais se assemelhava ao ponto principal, era justamente uma questão que havia se tornado pública porque se referia à garantia de direitos de uma minoria política que se via desamparada social e juridicamente, os homossexuais<sup>18</sup>. A questão principal acabou sendo a sexualidade alheia e a forma que ela em tese iria interferir na manutenção da instituição familiar. Questões que teoricamente, dentro da divisão política que é estabelecida entre público e privado, se inserem dentro do mundo particular, foram trazidas para o âmbito público como justificativa para condenar moralmente Dilma Rousseff. O julgamento impetrado pela oposição se baseava não na racionalidade ou legalidade das propostas progressistas do governo, mas no preconceito, no machismo e na influência de valores religiosos<sup>19</sup> que, por princípios garantidos na constituição brasileira de 1988, deveriam manter-se afastados das ações de governo e Estado.

---

<sup>15</sup> MATOSO, Felipe. **Dilma e Lula usam facebook para apoiar casamento gay**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/dilma-e-lula-usam-facebook-para-dar-apoio-ao-casamento-gay.html>> Acesso em 15 nov. 2018

<sup>16</sup> SASSINE, Vinicius. **Dilma defende aborto na saúde pública por motivos médicos legais**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-defende-aborto-na-saude-publica-por-motivos-medicos-legais-12712379>> Acesso em 15 nov. 2018

<sup>17</sup> REIS, Thiago. **Deus, filhos: veja os termos mais citados na votação do impeachment**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>> Acesso em 15 nov. 2018

<sup>18</sup> Redação O Globo. **Dilma Rousseff defende a criminalização da homofobia**. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-defende-criminalizacao-da-homofobia-13799207>> Acesso em 16 nov. 2018

<sup>19</sup> “O inspirador religioso mais utilizado pelos juristas e pelos misóginos para estabelecer o lugar que o feminino deve ocupar na sociedade é São Paulo, que aconselha à mulher aprender em silêncio e submissão” (COLLING, 2015, p. 189)

## 2.2 Público e Privado nas Relações de Gênero

Se excluía do poder então, nesse momento, a primeira mulher eleita para o cargo de maior relevância do executivo nacional<sup>20</sup>. A primeira vez que uma mulher alcança um espaço de máximo destaque na política nacional, ela se torna alvo de inúmeras críticas que visam atingir sua postura enquanto mulher. Houve uma quebra de paradigma dos papéis de gênero quando Dilma foi eleita. “A naturalização da exclusão das mulheres da esfera pública e, particularmente, dos cargos políticos eletivos, vem sendo um fator de legitimação da política como “negócio de homens””. (BIROLI, 2010, p. 48). Colocar mulheres em posição de poder é uma inversão da lógica estabelecida de quais espaços são de domínio do homem e a qual espaço as mulheres pertencem.

A sub-representação das mulheres na política está relacionada, ao mesmo tempo, a dois conjuntos de problemas. Um deles, mais amplo, é relativo ao funcionamento das democracias liberais, nas quais a igualdade formal convive com formas sistemáticas de exclusão de alguns grupos sociais. O outro remete, de maneira mais específica, à manutenção das mulheres em posições subalternas em sociedades nas quais o direito à participação política foi universalizado e não existem restrições formais à sua inclusão nas mais diversas esferas, entre elas a política. (BIROLI, 2010, p.46)

Historicamente o espaço público é um lugar dos homens, para os homens, e o privado, o doméstico, o local onde as mulheres permaneciam submissas a esses mesmos homens<sup>21</sup>. Essa inversão da lógica de papéis de gêneros que estava estabelecida, cria atritos pela incompatibilidade entre a forma que se espera que as mulheres ajam e a forma que se age na vida pública, na política. Se o público é domínio dos homens, é também o espaço da razão, das mulheres não se espera racionalidade,

<sup>20</sup> Redação Senado Notícias. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acesso em 16 nov. 2018

<sup>21</sup> “Os pensadores e escritores importantes, os livros sagrados e os sermões, os contos e os ditos populares insistiam na necessidade da subordinação feminina. Em Política, quando afirma que Esparta havia decaído porque as mulheres exerciam influência demasiada, Aristóteles declarava que o “o valor do homem se mostra no mando, o da mulher na obediência”. A subordinação e a inferioridade das mulheres se converteram em tradição, tanto na vida cotidiana como nos escritos eruditos. O ideal masculino continuou sendo o da esposa fiel, serviçal e submissa; o pesadelo continuou sendo as “más mulheres, voluntariosas e variáveis, falsas, volúveis e frívolas”. A história acompanhou estes discursos recorrentes, que também exerceram influência decisiva na elaboração dos Códigos Civis e das Constituições de todo o Ocidente, justificando a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado.” (COLLING, 2015, p. 197)

mas emoção. A questão de gênero então se choca com a questão de como se construiu a ideia da oposição entre espaço público e privado, ou público e doméstico como propõe Susan Okin, de quais ações são permitidas em cada um desses espaços.

Portanto, as feministas afirmam que a distinção liberal existente entre público e doméstico é ideológica no sentido de que apresenta a sociedade a partir de uma perspectiva masculina tradicional baseada em pressupostos sobre diferentes naturezas e diferentes papéis naturais de homens e mulheres, e de que, como concebida atualmente, não pode servir como um conceito central a uma teoria política que irá, pela primeira vez, incluir todas nós. Desafiando a abordagem daqueles teóricos que ainda parecem assumir silenciosamente que a criação dos filhos e a domesticidade ligadas à mulher são “naturais” e, portanto, situam-se fora do escopo da crítica política, as pesquisadoras feministas têm argumentado que a divisão doméstica do trabalho, e especialmente a prevalência da mulher à frente da criação dos filhos, são socialmente construídas, e portanto questões de relevância política. Além de serem fatores centrais na estrutura de gênero da sociedade de maneira mais ampla, sua manutenção não pode ser explicada sem a referência a elementos da esfera não-doméstica, como a segregação e a discriminação sexuais correntes na força de trabalho, a escassez de mulheres nas altas rodas da política e a pressuposição estrutural de que trabalhadores e ocupantes de cargos políticos não são responsáveis por cuidar das crianças. (OKIN, 2008, p. 315)

Se insere substancialmente no debate acerca das críticas à Dilma o papel que é historicamente relegado às mulheres na política. A ideia do que é o mundo público e do que ele representa foi desenvolvida por homens e para os homens, excluindo as mulheres não só da participação nesse espaço, mas da conceituação ideológica do que seriam os espaços públicos e privados. “A história acompanhou estes discursos recorrentes, que também exerceram influência decisiva na elaboração dos Códigos Civis e das Constituições de todo o Ocidente, justificando a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado” (COLLING, 2015, p. 197). Essa separação aparentemente simples entre os conceitos de público e privado na política encontra dificuldades de aplicação na prática.

Argumentos importantes nos debates contemporâneos dependem da suposição de que questões públicas podem ser facilmente diferenciadas de questões privadas, de que temos uma base sólida para separar o pessoal do político. Algumas vezes explicitamente, mas mais frequentemente de maneira implícita, perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas, e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal. (OKIN, 2008, p. 305)

A teoria liberal desenvolveu a ideia de que o privado se refere às esferas da vida social livre de interferências ou intromissões de agentes externos, não sem uma justificativa plausível; e o público como uma esfera mais acessível (OKIN, 2008, p. 306). A questão é que tanto esse acesso ao público quanto esse nível de privacidade individual negligenciam o caráter público da instituição familiar e sua posição paradoxal dentro dessa dicotomia. Essa liberdade dentro do âmbito privado, de sobreposição do indivíduo ao coletivo, foi pensada em torno dos homens, desconsiderando os demais componentes familiares que estão subordinados a ele dentro dessa lógica. É uma reafirmação dos papéis de gênero que estão construídos, de predominância do homem tanto sobre o espaço público quanto sob o espaço privado. Então por mais que as mulheres pertençam, nessa lógica, ao domínio do espaço privado, elas não exercem poder substancial nesse âmbito. As mulheres estavam submetidas a uma tradição de coloca-las como incapazes de se auto regerem, sendo necessário a presença de um homem para exercer essa tutela<sup>22</sup>.

Desde os princípios do liberalismo no século XVII, tanto os direitos políticos quanto os direitos pertencentes à concepção moderna liberal de privacidade e do privado têm sido defendidos como direitos dos indivíduos; mas esses indivíduos foram supostos, e com frequência explicitamente definidos, como adultos, chefes de família masculinos. Assim, os direitos desses indivíduos a serem livres de intrusão por parte do Estado, ou da igreja, ou da vigilância curiosa de vizinhos, eram também os direitos desses indivíduos a não sofrerem interferência no controle que exerciam sobre os outros membros da sua esfera de vida privada – aqueles que, seja pela idade, sexo ou condição de servidão, eram vistos como legitimamente controlados por eles e tendo sua existência limitada à sua esfera de privacidade. (OKIN, 2008, p. 308)

Os papéis de gênero historicamente construídos vinculam ao homem os campos da economia e da política, enquanto as mulheres se ocupariam da esfera privada, do âmbito doméstico e da reprodução, sendo vistas como inaptas para atuar no campo público (OKIN, 2008, p. 307). “A subordinação das mulheres aos homens, tanto na vida privada quanto na pública, seria o elo que estabelece as relações entre as duas esferas, fazendo com que, na modernidade, a subordinação feminina seja inseparável da liberdade e autonomia dos “cidadãos”” (BIROLI, 2010, p. 49). Dessa construção se

---

<sup>22</sup> “São Tomás de Aquino, também um bom leitor de Aristóteles, influenciará os juristas, que consideram as mulheres carentes de capacidades para se regerem a si próprias, devendo estar, por isso mesmo, sujeitas à tutela de alguém” (COLLING, 2015, p. 190)

forma uma das estruturas que sustenta a forma com que a política se constituiu em torno da ideia de gênero, como abordado pela Joan Scott. Há uma separação de papéis dentro da política que historicamente exclui as mulheres desse espaço, por mais que no decorrer do tempo a participação feminina na política tenha se ampliado.

A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado. (PATEMAN, apud, BIROLI, 2010, p. 48)

As estruturas que estão definidas se impõem como barreiras complexas de serem transpostas, a predominância dos homens nesses espaços é marcante e sufoca a participação feminina. É um campo de privilégio dos homens pois historicamente sempre foi seu espaço de atuação, e é dentro dessa estrutura que as mulheres são subjugadas segundo os valores que foram estabelecidos para serem aplicados aos homens. Uma mulher quando adentra na política e alcança uma posição de influência dentro desse jogo é constantemente observada e julgada, pelas características atribuídas ao mundo feminino que seriam incompatíveis com a esfera pública, como o aspecto emocional, ou pela postura que se espera das mulheres nas relações sociais, a amabilidade e passividade. Quando uma mulher foge desse padrão, as críticas que lhe são direcionadas muito comumente irão se relacionar diretamente com a questão do gênero.

A questão é que constantemente os homens também tem ultrapassado a barreira da razão e adicionado uma carga emocional nas relações políticas. Entretanto, por mais que haja algumas críticas a essas atitudes, o tratamento que lhes é dado é visivelmente mais leve e permissivo que o dispensado às mulheres que agem de forma semelhante, no mesmo espaço de poder. Há a predominância de um discurso acerca das ações tomadas por homens no âmbito político sob influência de aspectos emocionais, vinculando-as às ideias de rigidez, firmeza, gênio forte, são atitudes consideradas no máximo temperamentais. Entretanto, quando as mulheres agem da mesma forma neste mesmo espaço, para além da quebra do paradigma afável da figura feminina, elas são taxadas como loucas, histéricas e destemperadas. Há ações cometidas por líderes de governo que ensejariam críticas muito mais pesadas se fossem mulheres que as cometessem. As ações tomadas por homens no âmbito privado muito raramente são



levadas a público para influenciar a política, costumam ser bastante protegidas, enquanto as mulheres são julgadas constantemente pelo que ocorre em suas vidas privadas.

### **Capítulo 3 – Homens na Política: Lugar de Privilégio**

As ações tomadas por homens no meio político são aceitas com mais tolerância, as mesmas ações tomadas por mulheres são condenadas de imediato, inferindo-se que o gênero influencia na forma que lidamos com a política. Os homens usualmente não têm suas características emocionais colocadas como destaque na mídia, e muitas das ações atribuídas a Dilma na matéria da Istoé em análise são consideradas comuns e aceitáveis quando praticadas por homens na mesma posição de poder se levarmos em consideração como os papéis de gênero são construídos.

Há um exercício de dominação masculina na política que desenvolve ferramentas de proteção dos homens na vida pública, garantindo assim a manutenção e perpetuação da predominância masculina nos espaços de poder, e é pela existência desses artifícios, muitas vezes subjetivos, que os homens não são submetidos ao mesmo processo de crítica que as mulheres na mesma posição de poder enfrentam.

Essas ferramentas não são exatamente evidentes, estão imbricadas dentro do próprio jogo de poder, se inserem na forma que se constituem as relações sociais e políticas e destas com as demais instituições, inclusive com a mídia. Há alguns casos de presidentes homens que passaram por processos de intersecção da vida privada e da pública. Em que as emoções se afloraram tanto em momentos de crise política como de estabilidade. Entretanto, o tratamento que lhes foi dispensado, seja pela opinião pública, seja pela imprensa, divergem bastante da forma com que as mulheres são tratadas em situações iguais ou semelhantes.

Serão abordados aqui alguns processos envolvendo dois ex-presidentes brasileiros e dois estrangeiros, relatando episódios em que a vida privada em algum momento foi levada a público, e as consequências dessas ações, e momentos que

ocorreram explosões de fúria e destempero, mas que foram tratadas ao largo, sem foco evidente na questão emocional ou estigmatização das emoções citadas enquanto desequilíbrio ou loucura.

### **3.1 Presidentes Brasileiros em Foco**

Em dezembro de 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito para a Presidência da República do Brasil. Venceu uma disputa acirrada, conquistando cerca de 35 milhões de votos. Sucessor de José Sarney, foi o primeiro presidente a ser eleito nos moldes definidos pela constituição de 1988, em um processo eleitoral de votação direta que não acontecia desde 1960, quando Jânio Quadros foi eleito. Elegeu-se por um partido recém-criado, o Partido de Reconstrução Nacional (PRN), vencendo Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, por uma diferença de apenas 5% dos votos. (SALLUM, 2016, p. 187). Assumiu diante de um quadro político e econômico conturbado, com uma grande dívida externa e um quadro inflacionário alto.

Quando Fernando Collor foi empossado, em 15 de março de 1990, a inflação já chegava aos 82,18% ao mês, e a questão da dívida externa tornara-se crucial, pois o Brasil declarara moratória de seus débitos externos no começo de 1989, o que desestimulava qualquer ingresso de recursos de investimento no país. (SALLUM, 2016, p. 188)

A campanha que antecedeu a eleição de Collor apostou no desenvolvimento midiático de sua imagem. Contou com auxílio massivo da imprensa, e o fato de ser detentor de uma empresa de telecomunicações afiliada à Rede Globo no estado de Alagoas (SOUZA, 2014, p. 7) é apontado como um fator preponderante para seu sucesso na mídia. De acordo com Sallum, Collor construiu sua imagem em torno do combate a corrupção, figurando como o “caçador de marajás”, além de representar uma imagem de renovação em relação à velha política brasileira.

Collor construiu uma imagem pessoal que, na situação de crise econômica e política experimentada pelo Brasil do final dos anos 1980, tocou em pontos sensíveis das expectativas das massas populares incultas e das elites empresariais. Projetou-se como líder messiânico e paladino da moralidade. (SALLUM, CASARÕES, 2011, p. 167)

Voltado para uma política econômica liberal, conseguiu inicialmente apoio o suficiente para conseguir levar adiante suas medidas propostas, principalmente com apoio dos partidos de centro (SALLUM, 2016, p. 189). Entretanto, o presidente eleito deu indícios no início do governo que a relação com os outros componentes do poder público não seria tão simples. “Desde a formação de seu ministério, Collor agiu como se sua eleição pela maioria do eleitorado desse a ele o poder exclusivo sobre o Executivo conquistado e uma proeminência sobre os demais poderes” (SALLUM, 2016, p. 189).

Segundo o próprio Sallum, essa forma de governar só funcionou enquanto ele conseguia sustentar o apoio popular que o fizera se eleger, e essa base de apoio só permaneceria enquanto uma das principais bandeiras de seu governo continuasse funcionando, o combate à hiperinflação. Mas quando novos problemas começaram a surgir, principalmente com as falhas dos planos econômicos propostos, a postura intransigente de Collor acabou se destacando no cenário político. “Quase todos os analistas do impeachment de Fernando Collor mencionam, pelo menos incidentalmente, suas características pessoais ou de comportamento como fatores contribuintes para que aquele evento tivesse ocorrido” (SALLUM, CASARÕES 2011, p. 165).

O maior problema de Collor era sua maneira de ser. Sua boa aparência e queda por esportes arriscados o haviam tornado o político brasileiro mais telegênico em muitas décadas. [...] No entanto, a boa aparência não conseguia esconder uma atitude arrogante, própria de uma fase anterior da política brasileira. [...] Estava habituado a fazer poucas concessões ao lidar com outros políticos. Parecia a encarnação do “coronel” da política nordestina, acostumado a mandar. (SKIDMORE apud SALLUM, CASARÕES, 2011, p. 168)

Mesmo tendo renunciado antes de findado o processo, Fernando Collor de Mello sofreu o impeachment em 1992, já com uma queda de popularidade relevante. A essa altura, o apoio ao processo de impeachment chegou a 75%.<sup>23</sup> Fica evidente que a personalidade de Collor e a forma com que ele lidava com os diversos agentes e instituições políticas influenciaram nessa queda de popularidade. Entretanto, “[...]ainda que a personalidade de Fernando Collor tenha tido – como de fato teve – importância,

---

<sup>23</sup> MARCELINO, Ueres; PERES, Eraldo. **Apoio Ao Impeachment de Collor Após Pedido Ser Aceito Era de 75%**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714709-apoio-ao-impeachment-de-collor-apos-pedido-ser-aceito-era-de-75.shtml>> Acesso em 09 nov. 2018.

ela só ganhou relevância porque ele ocupava o posto-chave de um particular sistema de instituições políticas” (SALLUM, CASARÕES, 2011, p. 170).

Essa queda de popularidade não pode ser atribuída somente ao aspecto da personalidade de Collor, entretanto. Enquanto ele manteve firme a imagem que o auxiliou a se eleger, de combatente da corrupção, o apoio institucional também se manteve estável. Contudo, com o aparecimento das primeiras denúncias de corrupção que atingiam diretamente o presidente, o apoio foi se esvaindo tanto nas correntes políticas internas do governo como na mídia. A primeira denúncia apareceu também em um artigo de revista, ligando o irmão de Fernando Collor de Mello a um esquema de corrupção.

Foi nessa posição política pouco sólida, a despeito da exaltação midiática, que o presidente foi atingido por acusações do seu irmão mais jovem em duas entrevistas publicadas, em maio, pela revista *Veja*. Ele acusou o irmão presidente de ser o responsável e maior beneficiário das atividades suspeitas do seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, o *pc Farias*. Agora, a suspeita de corrupção não atingia apenas auxiliares que o presidente poderia afastar; atingia a ele mesmo. A acusação era politicamente gravíssima, pois o presidente não tinha maioria parlamentar consolidada e, agora, estava ameaçado de perder seu alicerce simbólico, de inimigo intransigente da corrupção, de “caçador de marajás”, o que colocava em xeque sua autoridade moral para exercer a presidência. (SALLUM, 2016, p. 195)

Nesse ponto, a crise política que se instalou se assemelha bastante ao quadro enfrentado por Dilma Rousseff em 2015 e 2016. Denúncias de corrupção estiveram no foco dos processos de impeachment tanto de Collor como de Dilma, e ambos, em algum momento no decorrer da crise, foram criticados pela mídia pela forma que se portaram diante da crise, seja publicamente ou nos bastidores. Entretanto, há algumas diferenças acentuadas sobre como cada um agiu durante esse período de instabilidade, mas sobre como foram retratados em processos semelhantes.

Ocupar a presidência colocava Collor em evidência, e sua atuação para com o meio público é o que suscitava críticas. E aqui parece que o limite da aceitação da postura agressiva dentro do meio político é quando ela chega ao nível da intransigência para com seus pares, interferindo nas articulações políticas. Enquanto suas características pessoais, como o fato de ser esportista, foram usadas como ferramentas

impulsionadoras da sua imagem durante a campanha, segundo a análise feita por Sallum, foi a atuação destemperada no âmbito público que prejudicaram sua imagem pública e sua aceitação política, ainda que impulsionados pelas denúncias de corrupção. Entretanto, a diferença crucial entre Dilma Rousseff e Fernando Collor de Melo nesse processo de crítica é a forma com que se conduziu o discurso acerca da personalidade de ambos.

Por mais que tenham, em tese, agido de maneiras bastante semelhante, Collor no máximo foi tratado como intransigente pela mídia. Não houveram insinuações de desequilíbrio mental, de insanidade ou loucura nas reportagens vinculadas a Collor durante o processo político caótico que ele estava inserido. Sua postura foi reforçada pelo discurso de que um homem destemperado está sendo veemente, agindo com firmeza, sendo incisivo. O próprio Sallum, em sua análise, reforça a ideia de que a postura arrogante era comum em um passado político recente, em um período que a política era quase a totalidade ocupada por homens. Com Dilma Rousseff, as críticas foram mais contundentes e diretas, ela foi logo sendo tratada como louca, desequilibrada mental, insana, como a presidenta que precisava tomar remédios controlados para arrefecer os ânimos no processo de crise.

A segunda diferença crucial entre os dois é que os ataques de destempero de Collor eram públicos e constantes. Suas aparições na mídia demonstravam a postura agressiva, ainda mais evidentes do que as citadas no artigo da Istoé sobre Dilma. Esse fato fica mais evidente ainda na entrevista concedida por Collor à Rede Globo em 1997: “Diferentemente do Collor eloquente e polido, as “adversidades” e o teor das perguntas – a principal sob um possível vínculo deste com PC Farias e a máfia italiana – provocaram uma reação de descontrole<sup>24</sup>” (SOUZA, 2014, p. 34). Visivelmente transtornado, Collor gritava, batia na mesa e chegou a ofender a repórter que o entrevistava<sup>25</sup>. Chegou a pedir desculpas pela “veemência e indignação” ao final da entrevista. Com Dilma Rousseff, nenhum dos episódios de “descontrole” citados no artigo da Istoé foram públicos ou em eventos que seja possível ter um registro para além

---

<sup>24</sup> Cabe ressaltar que esse descontrole é a impressão do autor citado.

<sup>25</sup> Fernando Collor Perde A Linha Com As Perguntas Da Jornalista Sônia Bridi. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DHc9ulfX1xE>> Acesso em 15 nov. 2018.

das fontes oculares. Foram situações de bastidores, sem possibilidade de comprovação com outras fontes.

Há uma diferença material relevante entre a forma que os dois foram tratados nesse processo, já que há uma quantidade de reportagens e entrevistas que mostram a postura agressiva de Collor, e mesmo com essas fontes, ele não passou para a história como um louco, um descontrolado, sequer se sabe se ele utiliza alguma medicação para se manter calmo. Entretanto, na matéria da Istoé, que intencionalmente tenta retratá-la como louca, não há nenhum episódio público, nenhum pronunciamento, nenhuma entrevista de Dilma Rousseff que tenha sido utilizada com esse propósito, todas as denúncias são de bastidores, só podendo ser confrontada com os relatos dos indivíduos citados no artigo.

Não há uma referência a algum episódio de grande publicidade em que Dilma Rousseff tenha agido dessa forma descontrolada e insana que a revista tenta demonstrar, não há uma entrevista para uma emissora de grande porte que Dilma sequer tenha agido de forma semelhante a essa de Fernando Collor para a Rede Globo. Pelo contrário, mesmo diante de uma bancada completamente desfavorável e com um longo inquérito realizado pelo Senado durante o processo de impeachment, Dilma Rousseff não demonstrou em nenhum momento esses “surtos” ou “descontroles” citados pela Istoé[nota]. No auge de sua crise política, Dilma Rousseff manteve uma postura serena, impassível, enquanto Collor, cinco anos após o impeachment, demonstrava claramente ressentimento e indignação, se formos usar argumentos que suavizam a postura descontrolada de um homem durante uma entrevista para a maior emissora do país no noticiário de maior audiência da programação.

Nos episódios retratados no texto do artigo que é fonte dessa monografia, a forma “agressiva” da Dilma lidar com assessores, servidores, político, subordinados e personalidades diversas é retratada sempre como descontrole, destempero e desequilíbrio emocional. Os homens raramente são postos nessa condição de instabilidade pois sua postura é suavizada pela construção do que é o gênero masculino e do que se espera de um homem. Agir com veemência e de acordo com a própria indignação é algo próprio da postura bélica e de luta que é vinculada aos homens.

Após o impeachment de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu o governo federal pelo período restante do mandato. E foi nesse período que se destacou politicamente o nome que viria a ser o próximo presidente, Fernando Henrique Cardoso. Ministro da Fazenda durante o governo Itamar, foi o principal responsável pelo desenvolvimento do Plano Real<sup>26</sup>, que estabilizou a crise de desvalorização da moeda nacional. Conseguiu prestígio político com esse feito e se elegeu para presidente nas eleições de 1994<sup>27</sup> e de 1998<sup>28</sup>, ao também vencer o candidato Luís Inácio Lula da Silva em ambas as disputas.

Não se pode dizer que foi um período de crise política, mas houve momentos de turbulência, algo comum na política nacional brasileira. Diferente de Collor, que foi criticado pelo seu temperamento no trato pessoal e nas relações públicas, Fernando Henrique não teve nesses oito anos de governo, nenhuma crítica contundente a sua estabilidade emocional, e não há questões da vida privada levadas a público que tenham sido relevantes para criticar seu papel enquanto presidente. Iniciou e terminou seu governo com algumas críticas a sua atuação política, como é possível notar ao se observar as grandes manifestações pedindo sua saída do governo<sup>29</sup>, mas sua imagem pessoal se manteve bem preservada.

Não haveria nada para se dizer de Fernando Henrique Cardoso, não fosse a revelação, seis anos após o fim de seu governo, de que ele teria tido como amante a jornalista Mirian Dutra Schmidt, entre 1980 e 1990, e que teria um filho fora do casamento com a mesma, atualmente com 26 anos de idade completos<sup>30</sup>. Esse fato só

---

<sup>26</sup> “O objetivo prioritário do Plano Real e, portanto, do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi restabelecer a estabilidade monetária. Em seu governo, assume-se basicamente que não existe política de crescimento sustentável com instabilidade monetária. É necessário destacar que o Plano Real tem por objetivo único combater a inflação ou restabelecer a estabilidade monetária, o que difere do propósito de buscar a estabilidade econômica, embora a estabilidade monetária seja componente necessário para se atingir a última.” (GRASEL, 2005, p. 2)

<sup>27</sup> Redação Globo. **Eleições Presidenciais de 1994**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1994/apuracao-e-o-resultado.htm>> Acesso em 15 nov. 2018.

<sup>28</sup> Redação Globo. **Eleições Presidenciais de 1998**. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1998/eleicoes-presidenciais-1998-a-historia.htm>> Acesso em 15 nov. 2018.

<sup>29</sup> **FHC enfrenta o maior ato contra o seu governo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089902.htm>> Acesso em: 15 nov. 2018.

<sup>30</sup> Agência Estado. **Jornalista critica FHC por não reconhecer filho fora do casamento e contesta teste de DNA**. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/jornalista-critica-fhc-por-nao-reconhecer-filho-fora-do-casamento-e-contesta-teste-de-dna-17022016>> Acesso em 15 nov. 2018

veio a público após o falecimento de sua esposa, Dona Ruth Cardoso, em junho de 2008. Para além do aspecto de fofoca que essa notícia possui, chama atenção o fato disso ter sido mantido em segredo por tanto tempo, e ter surgido apenas quando não havia mais nenhum risco para o capital político de Fernando Henrique, mesmo com as já citadas vantagens que a imprensa tem de obter informações privilegiadas e fazer uso político delas.

E não é que o assunto não tenha chegado ao conhecimento da mídia, mas houve dentro do jogo de poder político um acordo quase que tácito de não se falar no assunto<sup>31</sup>. É como se, dentro das funções de exclusão desenvolvidas por Foucault, o assunto fosse um tabu do objeto, algo que não se deve ser falado. Os motivos objetivos de não se abordar tanto o caso extraconjugal como o filho fora do casamento, não podem ser precisados pela falta de documentação ou mesmo de discursos sólidos, sendo necessário um pouco de imaginação histórica para assumir as probabilidades envolvidas. O mais provável é que o interesse político tenha se sobressaído, mas também é possível analisar o fato em si, a negação da divulgação da notícia, pela perspectiva de gênero.

Como já explicado, a preponderância do homem dentro da política o faz ter vantagens que o protegem dentro desse jogo, e uma delas é o domínio da própria prática discursiva. É possível imaginar que, para uma mulher em posição de poder, uma relação extraconjugal e um filho fora do casamento teriam um peso enorme e um custo político gigantesco, e não há garantias dentro das estruturas de poder estabelecidas na política que elas seriam protegidas, seus casos abafados e esquecidos.

Fernando Henrique Cardoso passou incólume por esse processo, não houve crítica a seu “papel como homem”, sua imagem não foi atacada de forma contundente, a questão de gênero, do papel que espera dos homens tanto na vida privada como na vida pública, não foi colocada em questão. Dilma, em contraste, foi alvo de constantes

---

<sup>31</sup> “A história era quase um segredo de Estado. Havia (e há?) um pacto informal na imprensa patropi para não divulgá-la. Até que, numa entrevista explosiva ao Jornal Opção, o jornalista Sebastião Nery contou-a sem tergiversações. Aí, por meio do jornalista Palmério Dória, a notícia foi escancarada na revista “Caros Amigos”. O fato, porém, continua a ser tabu na maioria das publicações. Há quem diga que em alguns jornais e revistas o assunto é vetado. Sim, estou falando do caso entre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e a jornalista Miriam Dutra Schmidt, repórter da TV Globo por 35 anos.” (BELÉM, Euler da França, 2016. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/ex-amante-de-fhc-sugere-que-exame-de-dna-do-filho-tomas-pode-ter-sido-forjado-58920/>> Acesso em 15 nov. 2018.)



críticas e ofensas relacionadas ao gênero<sup>32</sup>, e não precisou nem passar por um caso considerado desvio moral de conduta como esse cometido por Fernando Henrique Cardoso.

Na época da revelação desse caso, houve uma nota do Partido dos Trabalhadores tratando o tema como irrelevante politicamente, ao afirmar que a vida pessoal de FHC não interessa a ninguém<sup>33</sup>. Mesmo podendo capitalizar politicamente o caso em si, houve a preservação dos aspectos da vida privada, um benefício que aparentemente só é concedido aos homens na política. Entretanto, há um caso analisado aqui que foge ligeiramente da lógica estabelecida na hipótese desta monografia, evidenciando que nem sempre os homens podem contar com essa proteção teoricamente fornecida pela forma que a política foi construída em torno das relações de gênero.

### 3.2 Fernando Lugo e a Crise de Paternidade

Para entrar na vida política e participar da corrida presidencial, Fernando Lugo teve que abdicar de sua função na Igreja Católica. Sacerdote desde 1977, Fernando foi nomeado bispo da diocese de São Pedro em 1994, renunciando ao cargo em 2007. Esse fato tem grande preponderância no processo de julgamento moral ao que o ex-presidente paraguaio foi submetido, já que poucos meses após a posse (cerca de oito meses) ele se viu envolto na primeira grande crise de seu governo, e não por motivos estritamente políticos.

Denúncias de que o então presidente paraguaio seria pai de alguns filhos não reconhecidos começaram a surgir e iniciaram uma crise de valores dentro do país.

---

<sup>32</sup> RUSSI, Gabrielle. **Dilma e os xingamentos machistas**. Disponível em: <<https://medium.com/@gabriellerussi/dilma-e-os-xingamentos-machistas-7d393110e0a7>> Acesso em 15 nov. 2018

<sup>33</sup> “Os acontecimentos relativos à vida pessoal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) não interessam a ninguém. Desde a semana passada, a revelação de que FHC foi amante da jornalista Mirian Dutra Schmidt entre as décadas de 1980 e 1990 e ser pai de um de seus filhos está nos principais portais de notícias do Brasil. A questão pessoal do ex-presidente pouco importa. Mas, em todo esse imbróglio, apareceram indícios de mau uso de dinheiro público, relações escusas com diretores da Rede Globo e da revista Veja e acusações que também atingem o senador José Serra (PSDB-SP). Esses fatos, sim, são de interesse da população.” Disponível em: <<http://www.pt.org.br/a-vida-pessoal-de-fernando-henrique-cardoso-nao-interessa-a-ninguem/>> Acesso em 15 nov. 2018

“Essas denúncias tocavam um universo de relações demasiado sensível para qualquer país profundamente católico como o Paraguai, pois elas diziam respeito a uma época na qual Lugo ainda era representante da hierarquia eclesiástica” (SZWAKO, 2014, p. 11).

O caso logo teve repercussão midiática, como nota-se ao pesquisarmos na internet pelo termo “crise de paternidade de Fernando Lugo”. Vários tabloides e jornais pelo mundo noticiaram o episódio, abordando-o como crise, escândalo e polêmica. O El Mundo publicou um artigo sobre o caso que traz a sensação de crise interna que havia se instaurado:

Hay chistes circulando por todo Paraguay acerca de las proezas sexuales de un individuo al que unos llaman "padrazo" y otros "semental de la patria". Hay graffiti pintados en los baños públicos de un tipo con los rasgos del presidente Fernando Lugo, acompañados de inscripciones irónicas cómo ésta: "Yo también quiero ser obispo. ¿Dónde me inscribo?". Pero a las ministras del gabinete esas bromas no les causan ninguna gracia. (WURGAFT, 2009)

As críticas foram somando-se e ganhando força, encontrando eco na própria organização eclesiástica e na oposição de seu governo, que se posicionou de forma dura contra Fernando Lugo. Membros do Partido Colorado não hesitaram em principiar uma campanha contra o presidente e iniciando um processo de pressão e acusações públicas que foram pouco a pouco minando a força política do líder do executivo paraguaio.

A então presidenta da Associação Nacional Republicana - Partido Colorado, senadora Lilian Samaniego, pediu formalmente que o Ministério Público investigasse a paternidade presidencial como um caso de violência sexual. Isso se deu visto que a primeira mulher a ter filho reconhecido por Lugo era menor de idade à época de sua gravidez. A colorada alegou que fazia tal pedido na ‘condição de mulher e senadora’ e como ‘defensora dos direitos das mulheres’. Samaniego só não foi mais dura que o esboço de reação de um colega colorado, o senador Juan Ziett, que tentou abrir um julgamento político contra Fernando Lugo por que este seria ‘ninfomaniaco’: “Ziett ponderou que o ex-bispo não poderá seguir em seu cargo se ficar comprovado que padece algum tipo de ‘doença vinculante ao sexo’”. (SZWAKO, 2014, Pag. 12)

Lugo veio de fato a reconhecer e assumir a paternidade das crianças, mas a crise já havia se instaurado e se transformado em questão política. A queda de popularidade foi latente e rápida, caindo de 90% no momento de sua posse, em agosto

de 2008, para 30% quando do ocorrido da crise de paternidade, em abril de 2009. (MELLO, GABBIATTI, CAMARGO, 2009). A oposição, que já possuía força suficiente para dificultar-lhe a governabilidade, passou a ser um grande incômodo com a perda de apoio ocasionada por esse episódio.

As críticas foram conduzidas de diversas formas e com os mais variados interesses, com a direita paraguaia tentando encampar um processo de impeachment tendo essa crise moral como motivação, vindicando para si posicionamentos ideológicos que eles comumente rejeitam, como os ideais feministas. Enquanto isso, os movimentos feministas paraguaios cobravam uma postura responsável do presidente, exigindo políticas públicas e ações em defesa dos direitos das mulheres e das crianças, tentando não abrir uma brecha para o uso político de seus argumentos pela direita paraguaia.

Essa crise permeou todo o restante do governo de Fernando Lugo, que com a imagem afetada, perdeu apoio dos próprios aliados e passou a encontrar dificuldades para aplicar seu plano de governo. “As reações às denúncias permitem ver que o impeachment presidencial era já um objeto plausível no horizonte” (SZWAKO, 2014, Pag. 11), apesar de não ter sido um precedente forte o suficiente para se iniciar o processo de imediato.

O caso do Lugo, dentre os quatro analisados aqui, é o único em que, aparentemente, essa hipótese de proteção dos homens dentro da estrutura política não se encaixa precisamente. Aqui o julgamento moral é bem claro, há uma condenação de suas ações e críticas contundentes foram direcionadas ao ex presidente paraguaio. Mas há dois aspectos que tem uma relevância fundamental nesse caso, que fogem relativamente da perspectiva da influência do gênero na dicotomia público e privado.

Dizer que há ferramentas de proteção aos homens nas relações políticas não significa que elas sejam absolutas e totalmente eficazes, mas que elas funcionam quanto ao exercício dos papéis de gênero nesse espaço. E em um segundo aspecto, há diversas forças que influenciam no jogo político para além da questão de gênero, que tem uma grande influência, mas não é o único elemento a ser levado em consideração.

Nessa situação, a própria característica do jogo político surge como uma força considerável para que a crise de paternidade tenha ganho tanta publicidade. Os

interesses políticos relacionados a queda de popularidade do Lugo tiveram grande relevância, houve um uso desse fato para desestabilizar sua base de governo. É diferente do processo político da Dilma, que já se encontrava em um processo de impeachment quando a revista Istoé publicou o artigo aqui analisado.

Outro fator que tem um peso relevante nesse jogo de poder é a questão religiosa envolvida nessa crise. O fato de Fernando Lugo ter engravidado uma menina menor de idade enquanto era bispo da Igreja Católica é, primeiro, um crime, e em segundo, uma grande afronta a uma das doutrinas mais antigas e tradicionais do catolicismo, o celibato dos membros do clero. Pela forma que se definem os papéis dos homens da sociedade, os padres são aqueles em que não se é permitida essa masculinidade “completa”, a questão da moral no caso de Lugo é mais acentuada, e é um ponto que difere, inclusive, a forma diferente em que foram abordados os casos de Lugo e Fernando Henrique Cardoso, mesmo ambos serem situações que envolvem uma relação com a sexualidade e a reprodução. Esses dois tópicos foram nesse processo questões tão ou mais relevantes que a questão de gênero envolvida, mas sua posição enquanto homem e o papel de gênero que se espera dos homens não foi central nessa crise.

### **Considerações Finais**

Conclui-se dessa monografia que as críticas presentes na matéria da Istoé em torno do quadro emocional e a evidenciação dos aspectos pessoais de sua vida se configuraram como discursos machistas e misóginos, demonstrando como as definições de papéis de gênero interferem na forma como se constitui o jogo político no Brasil. A matéria busca o tempo todo atacar aspectos emocionais de forma contundente, um tipo de ataque raramente visto quando o alvo da mídia são homens em posição de poder.

A construção do discurso que iniciou-se na capa induz o leitor a pensar em Dilma Rousseff como louca, descontrolada, desequilibrada mental, e coloca essas condições como barreiras para o exercício do governo. O quadro de instabilidade política que se abateu sobre o governo Dilma teria, teoricamente, abatido a própria

presidenta, mas a forma com que o discurso crítico lhe foi direcionado expandiu a lógica da crise política, visando atingi-la em aspectos que pouco dizem respeito ou pouco tem influência no exercício político.

Essa influência é relativizada quando são os homens que estão em posição de poder. Os três casos de presidentes citados poderia ser corroborado com inúmeros outros casos, de personalidades políticas do sexo masculino que passaram por processos políticos de instabilidade, que agiram de maneira agressiva tanto nos bastidores como no meio político aberto, diante da imprensa, e não tiveram o mesmo tratamento ou repercussão que foi dada ao quadro emocional de Dilma Rousseff.

O único caso que apresenta uma situação divergente do que se tenta argumentar nessa monografia é o de Fernando Lugo, já que ele passou por um processo de desconstrução moral na mídia semelhante ao de Dilma Rousseff, se levarmos em conta a abordagem e os discursos produzidos, ainda que tenham se desenvolvido em bases diferentes. Ambos foram criticados por uma postura que não é aceita no meio político, mas enquanto Dilma Rousseff foi criticada essencialmente pela questão de gênero relacionada à vida política, Lugo tem uma questão moral e religiosa mais pujante, ainda que permeado pelo discurso de gênero.

Os processos políticos caóticos não são justificativas para se atacar aspectos pessoas e tentar utilizá-los como relevantes dentro do mundo público. Da mesma forma que o Partido dos Trabalhadores soltou uma nota dizendo que a vida pessoal de Fernando Henrique Cardoso não era relevante, a vida sexual, seus relacionamentos ou mesmo os remédios que Dilma utiliza também não são importantes em uma crítica sobre sua atuação política.

A forma com que Dilma supostamente agiu nos bastidores antes do impeachment, com ações agressivas e destemperadas, são relativamente comuns no meio masculino, pela própria construção que se deu acerca da masculinidade e dos papéis a serem exercidos pelos homens e entre eles. Entretanto, é a dominância masculina nos espaços políticos que faz com que essas ações sejam relativizadas quando cometidas por eles, mas que seja amplamente condenada quando uma mulher age da mesma forma, já que ela estaria fugindo do papel que lhe foi historicamente atribuído.

O conteúdo da matéria e a capa foram desnecessariamente cruéis com Dilma Rousseff, e ao atacarem seus aspectos emocionais e pessoais, evidenciaram que o mundo político ainda tem muitas restrições e barreiras a serem transpostas para que as mulheres tenham liberdade de atuação sem serem julgadas pela forma que decidem atuar, sem performar os papéis de gênero que foram definidos como os aceitáveis no mundo público e político.

## Referências Bibliográficas

- BERGAMASCO, Débora. PARDELLAS, Sérgio. Uma Presidente Fora de Si. Revista Istoé, Brasil, Edição nº 2417, abril de 2016. Disponível em: <[https://istoe.com.br/450027\\_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/](https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/)> Acesso em 15 nov. 2018;
- BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 90. 2010. P. 45-69. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1765>> Acesso em 15 nov. 2018;
- CAMARGO, Luís Henrique Kohl. GABIATTI, Daniel Albherto. MELLO, Régis Trindade de. O Processo De Impeachment Do Ex-Presidente Paraguaio Fernando Lugo: Observando O Fenômeno Jurídico Material À Luz Da Teoria Crítica Do Direito. Unoesc & Ciência – ACSA, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 157-170, jul./dez. 2012;
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. SALLUM, Brasilio. O Impeachment do Presidente Collor: A Literatura e o Processo. Ed. Lua Nova, São Paulo, 82: 163-200, 2011;
- COLLING, Ana Maria. A Construção Histórica do Corpo Feminino. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia-MG, v. 28, n. 2. Jul./Dez. 2015;
- COORDINACIÓN de Mujeres del Paraguay. Comunicado De La Coordinación De Mujeres Del Paraguay (CMP). Asunción, 2009;
- FERNANDES, José David Campos. Introdução à semiótica. In: Ana Cristina de Sousa Aldrigue; Jan Edson Rodrigues Leite. (org.). Linguagens: usos e reflexões v. 8. 1ed. João pessoa: editora da ufpb, 2011, v. 8, p. 161-185;
- FOUCAULT, Michel A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009;
- GRASEL, Dirceu. Brasil: Plano Real E A Estabilização Econômica Inacabada. Informe GEPEC. Toledo-PR, v. 9, n. 1. 2005. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/225>> Acesso em 22 nov. 2018

KUSPIOSZ, Douglas Meurer. SOARES, Silnei Scharten. 1992 e 2016: impeachment sob um olhar semiótico. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Caxias do Sul. Julho de 2017;

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1.p. 133-174. jan. - jun. 2005;

OKIN, Susan Moller. Gênero, O Público e o Privado. Estudos Feministas, Florianópolis, 16: 440, maio-agosto/2008, p. 305-332;

PANOFSKY, E. "Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença". In: Significado nas Artes Visuais. Tradução: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 1986, p. 47-65;

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- MASCULINO, FEMININO, PLURAL. Florianópolis. Ed.Mulheres,1998;

SALLUM, Bráslcio. Crise Política e Impeachment. Novos estud. CEBRAP, São Paulo. V35.02, p. 183-203. 2016;

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1986, p. 13. Disponível em:<<https://teoriografia.files.wordpress.com/2015/04/gc3aanero-joan-scott.pdf>> Acesso em 10 nov. 2018;

SOTO, Clyde. Lecciones De La Paternidad De Lugo. Boletín electrónico del Área Mujer del Centro de Documentación y Estudios (CDE) N° 13. Asunción - Paraguay, 2009;

SOUZA, Diego Lima de. A Era Collor e a Mídia: As (In)conveniências da Memória. 2011. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira, 2014;

SWAIN, Tania Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo (également en français). Labrys Études Féministes. 2006. Disponível em:



<[http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre\\_a\\_vida\\_ea\\_morte.pdf](http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf)> Acesso em 10 nov. 2018 ;

SZWAKO, José. O ‘mau desempenho’ de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, 2014, p. 132-155;

WURGAFT, Ramy. Las demandas de paternidad contra Lugo desatan una crisis en su Gobierno. 2009. Disponível em:

<<https://www.elmundo.es/elmundo/2009/04/21/internacional/1240316823.html>>

Acesso em 15 nov. 2018.